

Novas evidências sobre os impactos da valorização cambial na estrutura produtiva brasileira

Resumo

O artigo trata das evidências a respeito dos impactos da sobrevalorização do real na estrutura produtiva brasileira, especialmente no período 2004-2007. A evolução do grau de penetração das importações *vis-à-vis* a produção local e a queda de qualidade das exportações têm sido impulsionadas, além da sobrevalorização do real, pela combinação desfavorável dos demais fatores de competitividade sistêmica.

Subdividido em quatro seções, que se seguem à introdução, o artigo discute, na primeira seção, a questão da desindustrialização. A segunda seção discute a questão da política cambial brasileira como fator de competitividade. A seção três analisa os impactos sobre a estrutura produtiva e a quatro os efeitos sobre a balança comercial do país.

Palavras-chave: sobrevalorização cambial, desindustrialização, doença holandesa

New evidences on the impacts of cambial valuation at the Brazilian productive structure

Abstract

This paper discusses the evidences of the overvalued real impacts on the deindustrialization process of Brazilian productive structure, especially during 2004-2007. The increasing of penetration degree over imports in face of the local production and the fall of exports quality has been stimulated, additionally due the adverse combination of further systemic competitiveness factors.

Subdivided in four sections following the introduction, this paper discusses, at its first section, the concept regarding deindustrialization. The second section considers the question behind the overvalued exchange rate politics as factor of competitiveness. The sections three and four analyse the brought impacts for Brazilian productive structure and the exports balance quality.

Keywords: overvalued exchange rate, deindustrialization, Dutch disease

Novas evidências sobre os impactos da valorização cambial na estrutura produtiva brasileira

Antonio Corrêa de Lacerda¹

Rodrigo Hisgail de Almeida Nogueira²

INTRODUÇÃO

O artigo discute as evidências dos impactos da valorização cambial no Brasil, especialmente no que se refere ao risco de desindustrialização da economia. A análise abrange especialmente o período 2004-2007, marcado pela contínua e persistente valorização do câmbio. A sobrevalorização do real tem sido um agravante da perda de competitividade da indústria brasileira, o que é acentuado pelos desequilíbrios dos demais fatores de competitividade sistêmica relativamente à média internacional.

Subdividido em quatro seções, que se seguem a essa introdução, o artigo analisa na seção 1 a questão da desindustrialização. A análise abrange uma revisão das diferentes interpretações sobre o tema. A seção 2 aborda os impactos da sobrevalorização do real comparativamente às moedas de países selecionados e os efeitos. A seção 3 trata do desempenho da indústria brasileira., que apesar do bom desempenho em termos absolutos, apresenta uma lacuna entre a sua produção efetiva e o seu potencial, decorrente basicamente da distorção provocada pelo câmbio valorizado.

A seção 4 faz uma análise dos impactos da sobrevalorização do real sobre a balança comercial. Apesar do bom resultado apresentados nos últimos anos, o país está cada vez mais dependente da demanda e dos preços das *commodities* para sustentar o superávit comercial.

¹Economista-chefe da Siemens Ltda. no Brasil, doutor em Economia pelo IE/Unicamp e professor doutor do departamento de economia da PUC-SP. aclacerda@pucsp.br

²Analista econômico da Siemens Ltda. no Brasil. Economista pela PUC-SP. rodrigohn@siemens.com

1 - O debate sobre desindustrialização: um breve resumo

A questão da desindustrialização tem sido objeto de ampla discussão, com enfoques diferenciados no que se refere às suas causas e conseqüências. O debate remonta ao fenômeno da "doença holandesa" (*dutch disease*³) ocorrida nos anos 1970, que se tornou uma referência na análise dos efeitos da maior realocação de investimentos para as indústrias com baixo valor agregado, ou de produtos não industrializados, em detrimento do setor manufatureiro.

Segundo essa vertente, o aumento da demanda internacional por *commodities* provoca elevação dos seu preços gerando superávit comercial para os países exportadores. Com o maior influxo de capitais internacionais decorrentes das receitas de exportações, a taxa de câmbio se valoriza, provocando a perda de competitividade dos bens industrializados.

A associação deste fenômeno ao caso brasileiro tem gerado uma discussão sobre a “doença brasileira⁴” e os impactos para o câmbio, estrutura produtiva e balança comercial⁵. Nesse artigo acrescentamos, ainda, o componente da valorização cambial atribuído à resultante de um processo de desarranjo do conjunto de políticas macroeconômicas, a exemplo dos juros domésticos que superam a média internacional sendo em si mais um fator pró-valorização.

O processo de desindustrialização não significa apenas a substituição da produção nacional já existente por similares importados. Fundamentalmente, este processo restringe a expansão da capacidade produtiva nacional, seja pela transferência de recursos para indústrias

³ A teoria da *Dutch disease* foi desenvolvida pioneiramente por CORDEN & NEARY (1982), para os quais, uma economia sofre da doença holandesa quando a rentabilidade de um ou mais setores é fortemente comprimida como decorrência de um *boom* ocorrido em *commodities*.

⁴ O *Financial Times* de 03/09/07 caracterizou de “doença brasileira” a fase contraditória vivida por nossa economia, por conta de ser o aumento do preço das *commodities* exportadas e a liquidez internacional os principais elementos para geração do saldo positivo na balança comercial brasileira nos últimos anos (WHEATLEY, 2007, *on line*).

⁵ Conforme PALMA (2005), ao contrário do caso clássico decorrente do peso dos produtos naturais na produção e exportação do caso holandês nos anos 1970, ou de um aumento da participação do peso das exportações de serviços, essa nova "doença holandesa" que aflige o Brasil e outros países da América Latina tem outras características e seria muito mais associado à ruptura do modelo substitutivo de importações para a adesão às políticas neoliberais nos anos 1990. BRESSER-PEREIRA (2007) também concorda que a economia brasileira vem enfrentando, desde o início dos anos 1990, grave processo de desindustrialização, que nos últimos anos tem sido agravada pela “euforia perigosa em torno do agronegócio, e em especial o etanol”. LACERDA (2007) ressalta que o câmbio valorizado no caso brasileiro agrava os já desfavoráveis fatores de competitividade sistêmica.

de baixa intensidade tecnológica, seja pela diferença entre o efetivo crescimento da demanda por manufaturados nos mercados interno e externo, e o seu verdadeiro potencial.

De maneira análoga, mas pelo lado do emprego, alguns autores também consideram que a desindustrialização é um processo em que há um hiato entre o emprego existente na indústria e a sua oferta total, disposta em proporção aos outros setores como em serviços e na agricultura⁶.

Os autores admitem, contudo, que no curso do longo-prazo do desenvolvimento econômico, o próprio ritmo intenso da produtividade do setor manufatureiro explica a queda relativa do emprego gerado nesse setor, tanto em virtude dos paradigmas tecnológicos para o aumento da produtividade, como do mais recente processo de terceirização de parte do processo da cadeia produtiva. Nesses casos, a desindustrialização poderia ser encarada como um paradoxo, uma vez que a o nível de emprego, por si só, não parece estabelecer uma relação clara com o nível de produtividade e volume, dado os fenômenos tecnológicos e da terceirização.

A abordagem do artigo não se dará com enfoque na questão do emprego, mas sim a desindustrialização brasileira como decorrência dos impactos da política cambial, além dos demais fatores de competitividade sistêmica. A análise se dará sobre as questões relativas à estrutura produtiva e o impacto sobre a balança comercial. Percentagem

2 – A questão cambial no Brasil

Essa seção discute a questão da política cambial brasileira como fator de competitividade. Desde o início de 1999 o país adotou o regime de câmbio flutuante. A mudança representou uma evolução no que se refere à flexibilidade da política cambial, especialmente em um cenário internacional de aumento da volatilidade determinada pela globalização financeira. O quadro de crescimento observado na economia mundial a partir de

⁶ De maneira geral, ROWTHORN & RAMASWANY (1999) caracteriza ser a desindustrialização um fenômeno em que a perda da importância da indústria em face ao setor de serviços tende a ser mais expressivo em termos da participação relativa no emprego total que na oferta total. PALMA (2005) também trata do emprego através de outro fenômeno conhecido por “U invertido” do desenvolvimento econômico, estudado inicialmente por ROWTHORN (1994), no qual, conforme a renda per capita aumenta, a porcentagem do emprego industrial primeiro aumenta, depois se estabiliza e finalmente cai.

2002 também propiciou uma expressiva diminuição da vulnerabilidade externa da economia brasileira.

No entanto, a partir de 2004, e ainda com maior intensidade em 2006 e 2007, o processo de valorização contínua do real diante das demais moedas tem representado conseqüências negativas para a estrutura produtiva brasileira. O Brasil tem incorrido no erro da sobrevalorização cambial. Diferentemente do que vem ocorrendo com a maioria das economias com quem concorre diretamente, como Rússia, Índia e China, principalmente, a moeda brasileira foi a que mais se valorizou nos últimos três anos. No período, o real se apreciou 37%, o que equivale a 2,5 vezes o *yuan* chinês, quase 3 vezes o rublo russo e quase 5 vezes o *ruppe* indiano (Figura nº. 1).

Figura nº. 1 – O câmbio em países selecionados: paridade cambial e % de variação no período 2005-2008 -

País	05/03/2005 ⁽¹⁾	05/03/2008 ⁽²⁾	Δ percentual ^{(2)/(1)}
Brasil (BRL)	2,66	1,67	37%
Chile (CLP)	608,65	453,40	26%
China (CNY)	8,29	7,12	14%
Rússia (RUB)	27,71	24,03	13%
EURO (EUR)	0,76	0,66	13%
Peru (PEN)	3,37	2,94	13%
Índia (INR)	43,75	40,31	8%
Coréia do Sul (KRW)	1.009,10	948,09	6%
México (MXN)	11,06	10,70	3%
Japão (JPY)	104,76	103,22	1%
Venezuela (VEB)	2.148,30	2.152,30	0%
Argentina (ARS)	2,94	3,16	-7%

Fonte: Oanda, 2008, *on line* / Elaboração dos autores

A valorização do real representa um grande impacto para a estrutura produtiva brasileira, que vem perdendo competitividade, relativamente aos seus principais concorrentes

internacionais. Embora a sobrevalorização do real possa trazer resultados de curto prazo, por exemplo, no combate à inflação, no médio e longo prazos ela inviabiliza o desenvolvimento.

A questão tem gerado intenso debate. Há autores que defendem que a valorização cambial não é motivo para preocupação. Pelo contrário, o interpretam como saudável o aumento de importações de bens de capital por estimular um processo de “modernização da indústria”. Estes autores, de maneira geral, defendem que: (i) não ocorreu um processo generalizado de concentração de investimentos restritos às indústrias baseadas em recursos naturais; (ii) os setores que apresentam maior aumento nas importações também têm tido desempenho satisfatório na sua produção local. Isso indicaria que o aumento das importações decorre do crescimento do mercado interno e não da substituição da produção local por importados⁷.

Se o objetivo é o de modernização do parque industrial, no entanto, o instrumento mais adequado para estimular a importação de bens de capital não deveria ser o câmbio, mas sim as tarifas e incentivos, localizados e de duração limitada. Isso evitaria que a estrutura industrial fosse negativamente afetada pelo estímulo cambial às importações generalizadas.

Outro fator que tem sido determinante para o processo de sobrevalorização cambial tem sido a elevada taxa básica de juros brasileira, que ao permanecer elevada se torna atrativas para as aplicações de recursos externos no mercado financeiro brasileiro⁸.

Apesar de a entrada de capitais atraídos pela taxa de juro não ser relevante comparativamente ao fluxo comercial e de investimentos estrangeiros diretos, o juro elevado distorce os preços dos produtos comercializáveis, influenciando a cotação da taxa de câmbio. O recurso do adiantamento dos contratos de exportação faz da taxa de juros um compensador. Além disso, há as operações cambiais no mercado internacional em que se negocia, sem necessariamente realizar a entrada ou saída física de moeda (as *NDF's – Non deliverable forwards*).

Em reconhecimento aos conseqüentes impactos causados pelo processo de valorização cambial, sobretudo ao processo a que temos chamado de desindustrialização da economia, o

⁷ Essa tem sido a interpretação de NASSIF (2006), PUGA (2007) e MARKWALD & RIBEIRO (2007), entre outros.

⁸ Em fevereiro de 2008, de acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), os dez países que apresentavam as maiores taxas de juros reais no mundo eram: Turquia (7,4% ao ano), seguida diretamente por Brasil (7,0% a.a.), Nova Zelândia (4,9% a.a.), México e Inglaterra (3,3% a.a.), Colômbia (2,3% a.a.), Índia, Coréia do Sul e Malásia (1,1% a.a.), e Romênia (0,9% a.a.).

Governo Federal anunciou recentemente um pacote de medidas cambiais para tentar frear a sobrevalorização da moeda brasileira⁹. Ao adotá-las, o Governo assumiu a necessidade de mudanças na política cambial para criar condições à competitividade do Brasil no mercado internacional incrementando o ritmo das exportações ao mesmo passo das importações, como veremos a seguir na seção correspondente.

No entanto, como a diferença entre o juro internacional e o doméstico permanece elevada, ela continua oferecendo amplo espaço para as operações de arbitragem (*carry trade*) no Brasil, torna quase inócuo o efeito das medidas tomadas. A questão da sobrevalorização cambial no Brasil vai exigir uma nova configuração de política cambial, algo que pressupõe a alteração no tripé cambial flutuante, metas de inflação e superávit fiscal primário.¹⁰

3 – O desempenho da estrutura produtiva no Brasil

Alguns mitos têm dificultado uma discussão mais aprofundada sobre a sobrevalorização do real frente às demais moedas do mundo, especialmente quanto as suas causas e conseqüências para a estrutura produtiva do país. Essa seção tem como foco a análise do desempenho do setor industrial brasileiro em contrapartida com o seu verdadeiro potencial de crescimento.

O primeiro mito, presente em algumas análises, é o de que as empresas acabam se “adaptando” ao câmbio valorizado. E elas de fato se adaptam, sob a ótica microeconômica. Essa adaptação consiste em aproveitar o dólar baixo para aumentar a importação de componentes e peças, o que as ajuda a reduzir custos e manter competitividade.

⁹ A primeira medida trata do fim da cobertura cambial, em que empresas exportadoras são autorizadas a manter fora do país até 100% das suas receitas. A medida reforça outra que já havia sido implantada em julho de 2006, quando o Governo autorizou que 30% dos recursos pudessem permanecer no exterior.

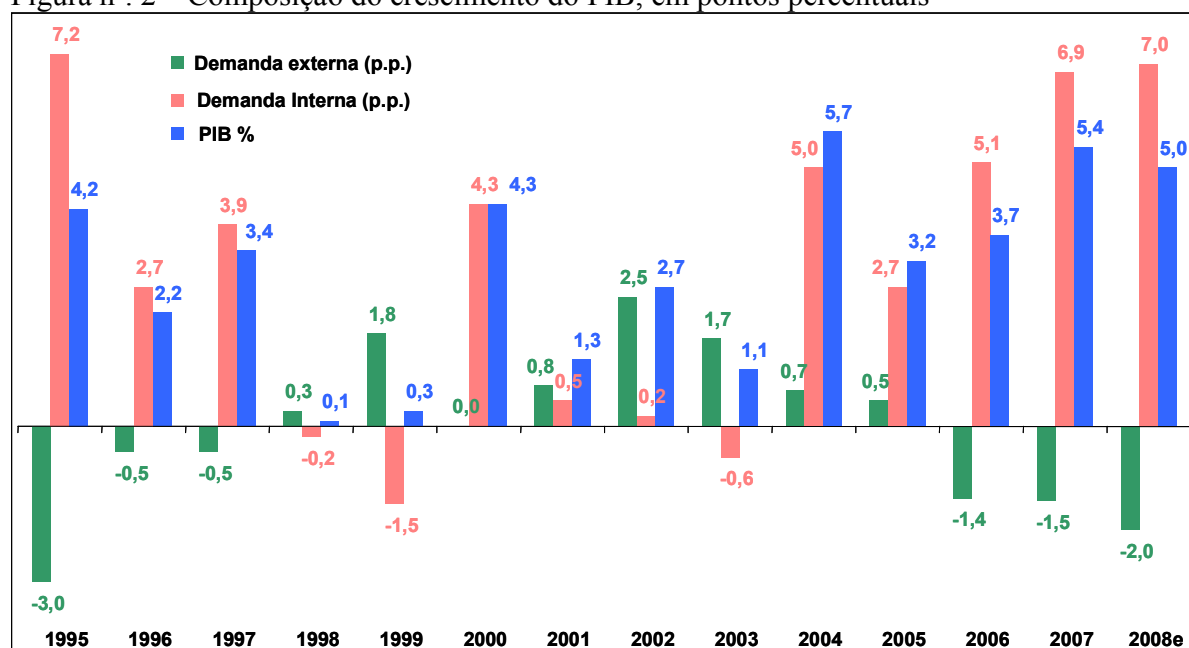
A segunda delas é a extinção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para exportações, que visa o aumento da competitividade dos produtos brasileiros no exterior. O Governo havia tributado essas operações em 0,38% para compensar a perda de arrecadação com CPMF.

A terceira é a incidência de 1,5% de IOF para a aplicação de investidores estrangeiros em fundos de renda fixa e em títulos do Tesouro Nacional. A medida, contudo, não incide sobre operações na Bolsa de valores (BOVESPA), oferta pública de ações (IPOs), empréstimos e Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE). Isso aumentará a receita do governo em R\$ 600 milhões. Por outro lado, no curto prazo ela tem acarretado a elevação das taxas de juros, anulando seu efeito arrecadador devido à maior despesa do Tesouro para financiar a dívida pública.

¹⁰ Não aprofundaremos a discussão cambial, o que foge ao escopo proposto nesse trabalho.

Embora essa seja uma saída para a sobrevivência individual da empresa, do ponto de vista da estrutura produtiva do País trata-se de um processo de substituição da produção local por importações, desestimulando a geração de valor agregado local. O processo de valorização cambial está “roubando” parcela expressiva do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Em 2006 e 2007, o setor externo apresentou uma contribuição negativa de 1,4% e 1,5%, respectivamente, do crescimento anual do PIB. (Figura nº. 2).

Figura nº. 2 – Composição do crescimento do PIB, em pontos percentuais



Fonte: DERÃO, baseado em IBGE, 2008, p. A9 / Elaboração dos autores

Há também interpretações equivocadas que a reestruturação produtiva decorrente da valorização cambial estaria provocando um processo de “destruição criativa”¹¹. O aumento do conteúdo importado, muitas vezes em substituição à produção local, o deslocamento de parte da produção anteriormente destinada ao mercado externo para o mercado doméstico e a transferência de plantas produtivas para outros países são algumas das nuances do processo. Trata-se, portanto, de fenômenos totalmente distintos: o criador, a partir da mudança tecnológica e de condições favoráveis; o deletério, como no nosso caso,

¹¹ O conceito de destruição criativa (*Creative Destruction*) foi defendido no original *Capitalism, Socialism and Democracy* por Joseph Schumpeter (1883-1950) e baseia-se na idéia de revolução tecnológica, um processo que inevitavelmente faz sucumbir atividades e empresas, substituídas por outras inovadoras e criativas. Trata-se nesse caso, de um processo benévolo de renovação, em que novas atividades são criadas, a partir dos impulsos, substituindo o ciclo anterior.

decorrente de condições não isonômicas de competitividade e distorções nos preços relativos, basicamente provocados pela apreciação artificial do câmbio.

Não por acaso, a maioria das economias desenvolvidas e muitos outros países emergentes têm-se utilizado de instrumentos - como o poder de compra do Estado, o fomento às atividades locais, e uma clara política de câmbio desvalorizado – para criar incentivo à industrialização¹²..

Sob o ponto de vista da produção industrial, indicador que engloba as categorias de bens de capital, bens intermediários, bens de consumo duráveis e bens de consumo não-duráveis, o desempenho da indústria tem sido considerado elevado. Apoiada principalmente pelo aquecimento da demanda doméstica, da expansão do crédito e do aumento da ocupação e da renda, a produção acumulou em 2007 um crescimento de 6,0%, o melhor resultado desde os 8,3% registrados em 2004, superando os observados em 2006 (2,8%) e 2005 (3,1%).

Nos índices por categorias de uso, a maior taxa de crescimento em 2007 foi a dos bens de capital (19,5%). As categorias bens intermediários (4,9%) e bens de consumo (3,4%), no entanto, apresentaram desempenho abaixo da média geral da indústria (Tabela nº. 1)

Tabela nº. 1 – Brasil - Produção Industrial Dados de dezembro de 2007 - %

Categorias de Uso	Variação(%)		
	Mensal dez07/dez06	Acumulado ano	Acumulado 12 Meses
Bens de Capital	19,9	19,5	19,5
Bens Intermediários	6,8	4,9	4,9
Bens de Consumo	3,3	4,7	4,7
Duráveis	11,6	9,2	9,2
Semiduráveis e não Duráveis	1,3	3,4	3,4
Indústria Geral	6,4	6,0	6,0

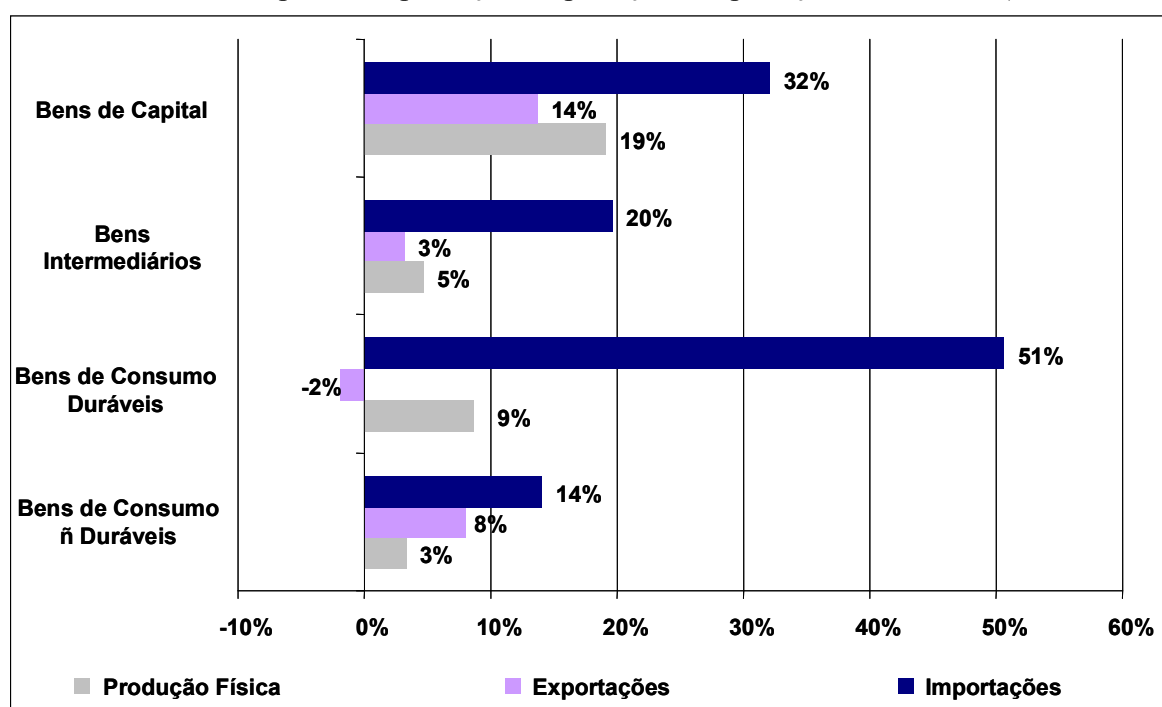
Fonte: IBGE, 2008, *on line* / Elaboração dos autores / Nota: Série com ajuste sazonal

A análise dos indicadores de produção física anual, comparada aos itens de importação, confirma a hipótese da substituição pelas importações. A produção doméstica em volume físico (*quantum*) vem perdendo força e tem dado espaço para as importações. É o caso, por exemplo, da categoria bens de capital, que apesar de ter crescido 19% em 2007, permaneceu bem abaixo da taxa de crescimento das importações, de 32% no período.

¹² Ver a respeito CHANG, J. (2004) *Chutando a escada*. São Paulo, Unesp.

A hipótese não muda para as demais categorias de uso. A produção nacional de bens intermediários cresceu 5% em 2007, quatro vezes menos do que os 20% registrados pelas importações do setor. Os casos mais alarmantes são das categorias bens de consumo duráveis e bens de consumo não duráveis, cuja produção no mercado doméstico é significativamente inferior ao crescimento das importações. Enquanto a produção doméstica destes dois setores cresceram 9% e 3%, respectivamente, as importações registraram 51% e 14% de crescimento. (Quadro nº. 1).

Quadro nº. 1 - Desempenho da produção, importação e exportação da indústria (2007 X 2006)



Fonte: IBGE, Funcex, 2008, *on line* / Elaboração dos autores

Nota: Tomou-se para esta análise o ano de 2007 por ser este o ano que demonstra a evidência mais clara sobre o processo de substituição da produção nacional que vem ocorrendo no Brasil

Uma outra dimensão, não menos importante, é sobre a localização de investimentos. As empresas, sejam elas estrangeiras ou brasileiras, avaliam a viabilidade de novos projetos a partir, entre outros elementos, da comparação dos custos de produção expressos em dólares. Portanto a questão cambial é determinante não apenas pelo seu efeito sobre as exportações e importações, mas por ser um preço fundamental para a economia.

4 – Impactos sobre a balança comercial

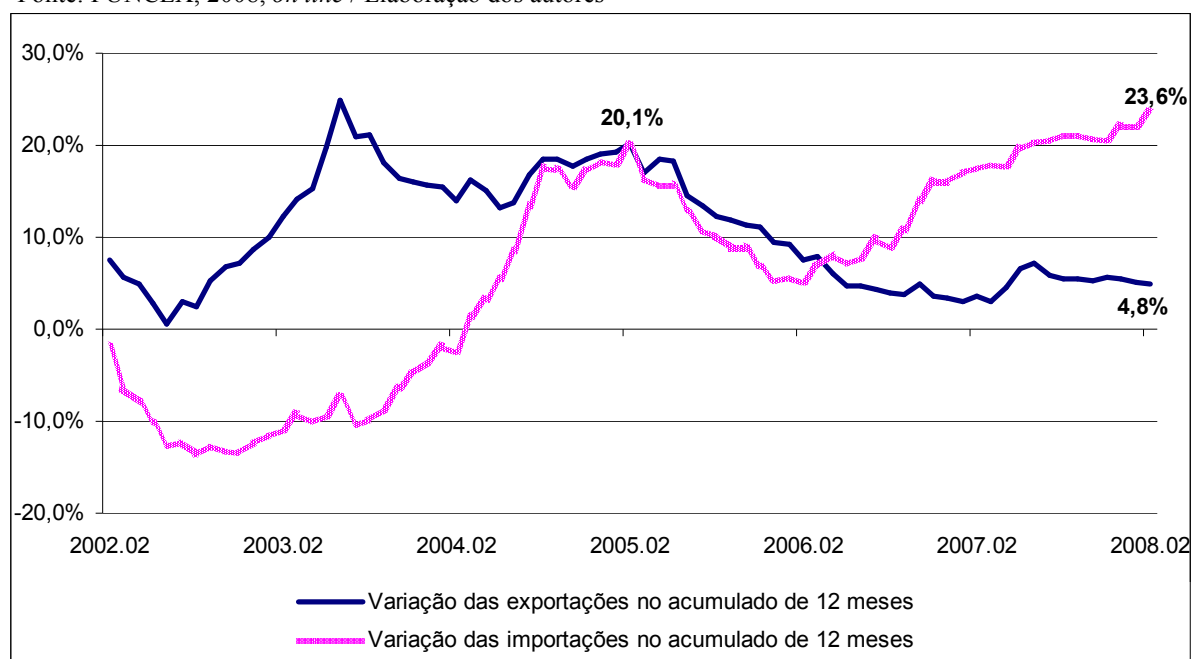
A balança comercial brasileira continuou a apresentar resultado positivo no período analisado. Os efeitos da valorização cambial sobre a balança comercial têm sido minimizados pela a geração de receita proporcionada pela elevação do preço internacional das *commodities*.

Em 2007, a exemplo dos anos anteriores, a balança comercial registrou novo superávit de US\$ 40 bilhões. Contudo, este resultado foi inferior aos US\$ 46 bilhões registrados em 2006. As exportações brasileiras de bens e serviços crescerem apenas 6,6%, de um ano para o outro, em dissonância ao expressivo crescimento de 20,7% das importações, no mesmo período.

Ocorre, adicionalmente, que o ritmo de crescimento das quantidades exportadas está em queda livre. O índice de quantum referente às exportações do Brasil passou de 20,1% em 2005, para apenas 4,8% no acumulado de doze meses até fevereiro de 2008. Em contrapartida, o quantum das importações cresceu 23,6% neste último período. Por esta condição, o Brasil acaba se tornando exclusivamente dependente da variável preço para sustentar superávit da balança comercial. (Quadro nº. 2).

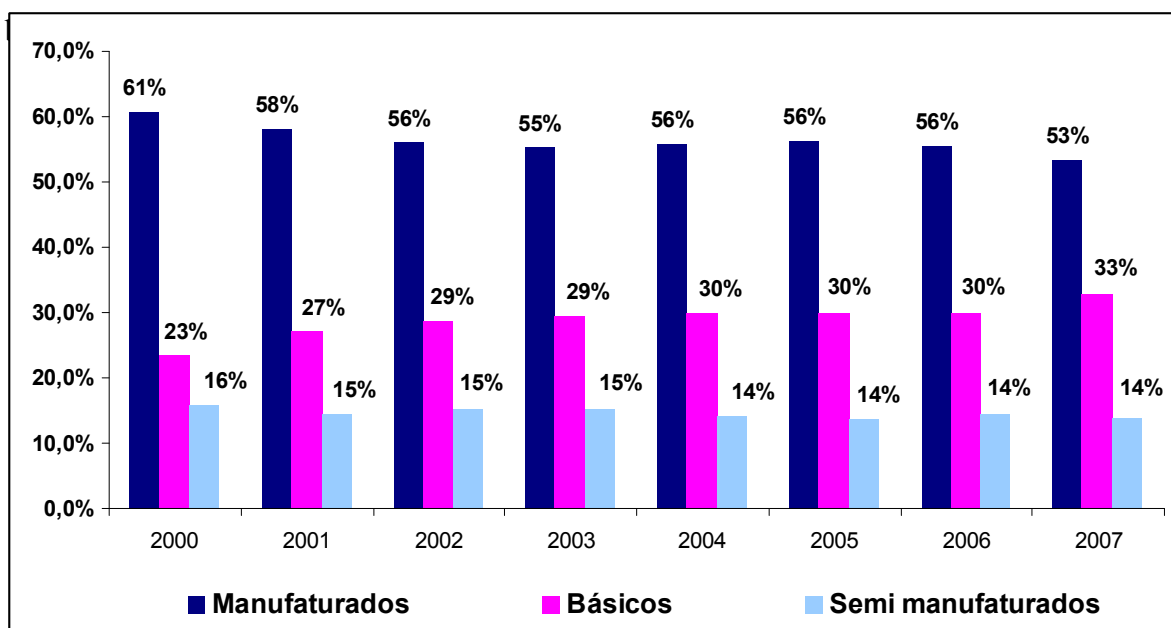
Quadro nº. 2 – Variação % do quantum das exportações e importações brasileiras
- índices acumulados em doze meses /

Fonte: FUNCEX, 2008, *on line* / Elaboração dos autores



Houve significativa redução na participação dos manufaturados no total da pauta de exportações brasileira, de 61% em 2000, para 53% em 2007. Em contrapartida, a participação relativa dos produtos básicos no total das exportações cresceu de 23% para 33% no mesmo período. Tais resultados confirmam uma tendencial “reprimarização” da pauta de exportação do país (Figura nº. 3).

Figura nº. 3 – Participação relativa das classes de produto no valor total das exportações



Fonte: FUNCEX, 2008, *on line* / Elaboração dos autores

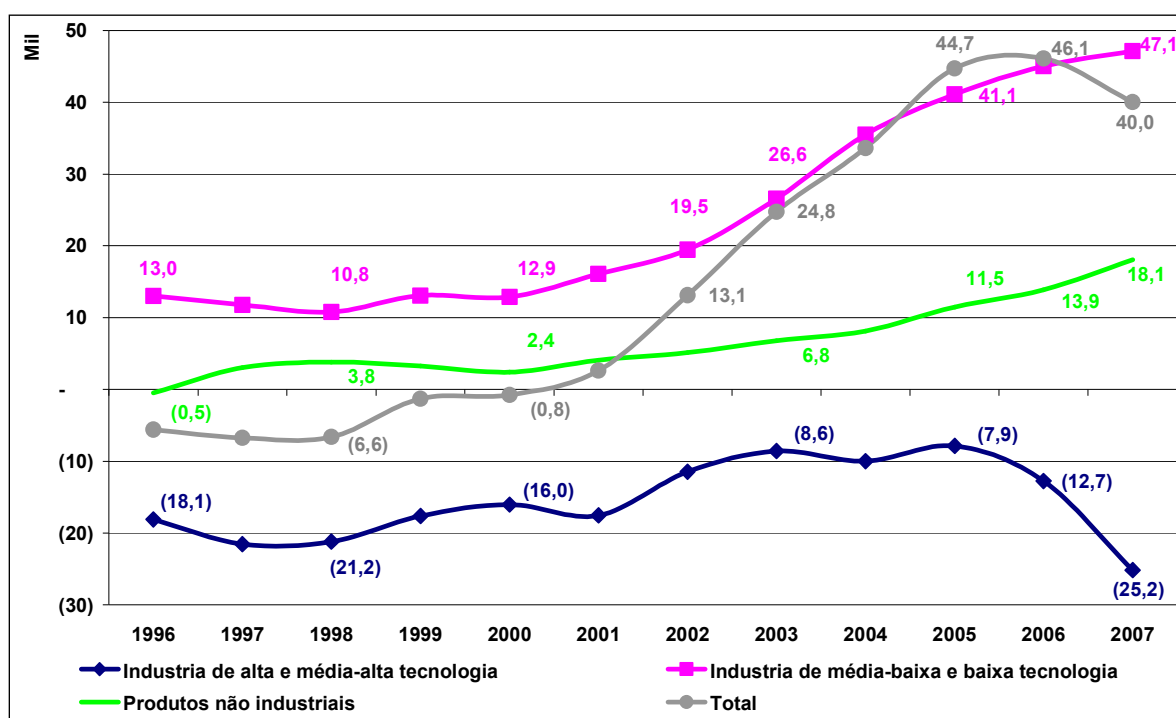
Apesar do bom resultado do saldo global da balança comercial brasileira, o problema do impacto da apreciação cambial é mais evidente nos setores altamente dinâmicos. O saldo dos setores que correspondem à indústria de alta¹³ e média-alta¹⁴ tecnologia apresentou, no mesmo ano, um déficit de mais de US\$ 25 bilhões. Isso representou mais que o triplo do observado apenas dois anos antes, quando o déficit foi de US\$ 7,9 bilhões, denotando um quadro de forte deterioração em curto período.

¹³ Correspondem ao setor de alta tecnologia as seguintes indústrias: aeronáutica e aeroespacial; farmacêutica; material de escritório e informática; equipamentos de rádio, TV e comunicação; e instrumentos médicos de ótica e precisão.

¹⁴ Correspondem ao setor de média-alta tecnologia as seguintes indústrias: máquinas e equipamentos elétricos; veículos automotores, reboques e semi-reboques; produtos químicos, excl. farmacêuticos; equipamentos para ferrovia e material de transporte; e máquinas e equipamentos mecânicos.

Os resultados setoriais dos produtos *comoditizados*, correspondentes em grande parte aos setores industriais de média-baixa¹⁵ e baixa¹⁶ tecnologia, além dos produtos não industrializados, são os que têm garantido a sustentação do superávit da balança comercial global do Brasil. (Quadro nº. 3)¹⁷.

Quadro nº. 3 – Saldo Comercial Brasileiro dos Setores Industriais por Intensidade Tecnológica (*), em US\$ mi.



(*) Classificação extraída de: OECD, Directorate for Science, Technology and Industry, STAN Indicators, 2003. Fonte: Mdic, 2008, *on line* / Elaboração dos autores

Em 2007, as indústrias correspondentes à divisão de média-baixa e baixa tecnologia registraram US\$ 47 bilhões em superávit, recorde na sua história, assim como o setor de produtos não industriais, que registrou US\$ 18 bilhões. Outro recorde foi o das indústrias de alta e média-alta tecnologias, que registraram déficit de US\$ 25 bilhões no período.

¹⁵ Corresponde ao setor de média-baixa tecnologia as seguintes indústrias: construção e reparação naval; borracha e produtos plásticos; produtos de petróleo refinado e outros combustíveis; outros produtos minerais não-metálicos; e produtos metálicos.

¹⁶ Corresponde ao setor de baixa tecnologia as seguintes indústrias: produtos manufaturados n.e. e bens reciclados; madeira e seus produtos, papel e celulose; alimentos, bebidas e tabaco; têxteis, couro e calçados.

¹⁷ O Anexo 1, ao final do texto apresenta um detalhamento dos dados sintetizados no quadro em referência.

Produtos e serviços que exigem grandes investimentos, tecnologia e alto valor agregado também tendem a ser os mais disputados e competitivos no mercado internacional. Nesse segmento o espaço para aumento de preços é quase nulo. Pelo contrário, em muitos casos, a acirrada competitividade, agravada com o ingresso de concorrentes chineses e outros asiáticos, associada à rápida transformação tecnológica, leva, inexoravelmente, a uma tendência declinante de preços.

Para preservar a diversificação da estrutura industrial e melhorar o perfil da pauta de exportação brasileira é preciso atentar para que a valorização cambial não se torne um incentivador da desindustrialização, como de fato vem ocorrendo. O dólar baixo tem provocado uma excessiva dependência por produtos básicos - altamente voláteis à demanda e preços no mercado internacional- para sustentar o superávit comercial.

O que está ocorrendo claramente é que, em muitos casos, o câmbio valorizado está “subsidiando” a importação de produtos e serviços que poderiam ser produzidos localmente¹⁸. Aqui, não se trata apenas de economia de divisas, igualmente importante, mas também, e principalmente, de um processo de perda de conhecimento em áreas sofisticadas, assim como o desenvolvimento de fornecedores e tecnologia agregada de jovens profissionais.

Em paralelo, ocorre uma *comoditização* da produção e exportação brasileiras. Estamos cada vez mais dependentes de setores tradicionais, sem marcar presença nos setores de grande demanda potencial futura. Há uma nítida perda de exportações em segmentos como o automobilístico, por exemplo¹⁹.

Esse impacto só não é muito relevante nos casos da produção de *commodities* ou produtos a ela diretamente relacionados - a exemplo do que o país tem experimentado com a cotação do petróleo, minérios, produtos agrícolas, dentre outros. A forte demanda internacional tem provocado, por si só, a elevação dos seus preços em dólares, o que em muitos casos até supera a apreciação cambial no mercado doméstico.

A demanda internacional aquecida também permitiu que alguns produtos industrializados pudessem experimentar reajustes de preços em dólares. Mas localmente, isso

¹⁸ Segundo a PMC (Pesquisa Mensal do Comércio) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o comércio doméstico tem crescido a taxas superiores a 10% ao ano, enquanto a PIM (Pesquisa Industrial Mensal), também do IBGE, aponta um crescimento da indústria de 6,3% nos últimos doze meses. O espaço dado pela enorme diferença de desempenho do comércio e da indústria tem sido ocupado pelo crescimento das importações.

¹⁹ Conforme noticiou a *Gazeta Mercantil*, em 21.09.07, no período de janeiro a julho de 2007, o superávit comercial das montadoras foi de apenas US\$ 991 milhões, em comparação com os US\$ 4.773 milhões no mesmo período de 2005, uma queda de quase 80%, em apenas dois anos (MORAES, 2007, p. 2).

representou uma compensação, embora em muitos casos apenas parcial, para a queda das receitas de exportação expressas em reais, decorrentes da queda da quantidade exportada em função do dólar barato no mercado doméstico.

Com este panorama, outro desafio, não menos importante, é que além das condições de competitividade isonômicas em relação à média internacional, é preciso criar e implementar políticas de desenvolvimento que viabilizem a criação de novas competências, especialmente aquelas que tem comportamento mais dinâmico no mercado internacional. Isso implica a necessidade de articulação das políticas de competitividade, envolvendo desde a política industrial em si, mas coadunada com as políticas comercial, científica e tecnológica e de investimentos, entre outros elementos importantes.

Em um ambiente internacional cuja competitividade tem sido fortemente influenciada pela China, que além dos vários itens de competitividade, adotam deliberadamente uma política de câmbio fortemente desvalorizado, o desafio para o Brasil é enorme. Essa disputa não envolve apenas as exportações, mas também o mercado doméstico, diante da concorrência com os produtos importados.

O fato é que a armadilha da valorização cambial tende a inviabilizar a industrialização mais sofisticada - que apresenta potencial para a geração de empregos e renda de qualidade – tornando a economia cada vez mais dependente e menos diversificada.

Conclusão

O tema acerca da desindustrialização tem sido objeto de debate em diversos fóruns de discussão. A partir da teoria sobre a doença holandesa e suas correlações, atribuiu-se ao Brasil forte dependência das suas receitas comerciais advindas da exportação de produtos básicos, ou de baixo valor agregado, em detrimento da advinda de manufaturados.

Atribui-se essa mudança ao processo de sobrevalorização cambial e demais distorções de fatores de competitividade sistêmica. Esta condição tem provocado ações defensivas por parte das empresas que acabam por prejudicar os resultados macroeconômicos, sobretudo no que se refere aos impactos de uma desindustrialização.

Trata-se de uma resposta microeconômica às con(tra)dições do ambiente macroeconômico. Com o câmbio apreciado em cerca de 37% nos últimos três anos, as empresas dão preferência por importar produtos com o intuito de buscar a maximização da sua lucratividade, ainda que isso comprometa a estrutura produtiva brasileira.

É necessário garantir o aperfeiçoamento do arcabouço das políticas macroeconômicas – cambial, monetária e fiscal – para que sejam criadas condições para escapar dessa verdadeira armadilha. Ocorre que os malefícios nem sempre são totalmente perceptíveis porque, no agregado e na visão de curto prazo, tendem a ser mascarados por benesses fugazes. Há uma baixa circunstancial dos preços e do nível de inflação geral, assim como em um primeiro momento estimulador de atividades comerciais e de consumo. Todos esses efeitos, no entanto, não só não se sustentam no longo prazo, como tendem a provocar impactos negativos na cadeia produtiva, no emprego, renda e contas externas.

O Brasil também tem a vantagem de poder ser forte na atividade agropecuária, sem que isso signifique abrir mão de desenvolver a sua estrutura industrial e de serviços. Convém acertar o diagnóstico, enfrentar e vencer a “doença brasileira” para preservar e fortalecer a estrutura produtiva.

Alguns dos segmentos das cadeias produtivas brasileiras já atingiram níveis de competitividade internacional, outros carecem de apoio para ampliar o seu dinamismo, assim como há aqueles em que há claras debilidades de produção e desenvolvimento locais. Cada caso tem a sua especificidade, que vão exigir políticas e estratégias diferenciadas. Mas, o ponto comum é que todos não podem prescindir de condições equilibradas de competitividade sistêmica e, especialmente, de um nível de câmbio ajustado.

Dentre essas, se destacam: (i) condições macroeconômicas favoráveis, o que pressupõe ambiente estável, não apenas de estabilização de preços, mas de um clima favorável de investimentos, como juros, crédito e financiamento; (ii) fatores de competitividade sistêmica adequados a média internacional de forma a garantir ao produtor local condições isonômicas de competir com seus pares, tanto no mercado interno - quando concorrem com importações - quanto no mercado externo - para as exportações; e (iii) políticas industriais, de comércio exterior, tecnologia e inovação que estimulem a criação de novas competências em áreas dinâmicas da economia mundial.

5 - Bibliografia

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desindustrialização e doença holandesa**. Jornal Folha de São Paulo, 09/04/2007. Também disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=2307>. Acesso em 31/03/2008.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**. Editora Unesp. São Paulo, 2004.
- CNI. **Indicadores Industriais CNI**. Confederação Nacional das Indústrias. Disponível em <http://www.cni.org.br/>. Acesso em 29/03/2008.
- CORDEN, W. M. e NEARY, J. Peter. *Booming sector and de-industrialization in a small open economy*. *Economic Journal*, n. 92, p. 825-848, 1982.
- DURÃO, Vera Saavedra. **Demanda doméstica faz PIB crescer 5,4%**. Jornal Valor Econômico. Rio de Janeiro. 13/03/2008. Página A9.
- FIESP & CIESP. **Levantamento de Conjuntura: INA – Indicador de Nível de Atividade**. Federação das indústrias do Estado de São Paulo e Confederação ad Indústrias do Estado de São Paulo. São Paulo, Agosto de 2007.
- FUNCEX. **Índice de quantum das exportações e importações brasileiras**. Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. Disponível em <http://www.funcex.com.br/> . Acesso em 23/03/2008.
- IBGE. **Índice e variação do volume de vendas no comércio varejista, por Unidade da Federação - Janeiro 2008**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/comercio/pmc/pmc_200801_01.shtm. Acesso em 30/03/2008.
- IBGE. **PIB cresce 5,4% e chega a R\$ 2,6 trilhões em 2007**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1106&id_pagina=1 . Acesso em 13/03/2008.
- IBGE. **Produção industrial cresce 1,8% em janeiro**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1095&id_pagina=1. Acesso em 24/03/2008.
- IEDI. **Importações, câmbio e Indústria: a marcha da desindustrialização no Brasil** (Apres.). Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. São Paulo, 22/03/2007.

- LACERDA, A. C. de, org. (2006) **Crise e Oportunidade: o Brasil e o cenário internacional**. São Paulo. Lazuli.
- LACERDA, Antônio Corrêa de. **Contradições da (des)industrialização**. In: Caderno Dinheiro, Folha de S. Paulo. 2007
- LACERDA, Antônio Corrêa de. **Globalização e investimento estrangeiro no Brasil**. Editora Saraiva. Segunda Edição. São Paulo, 2004.
- MARKWALD, Ricardo & RIBEIRO, Fernando. **Balança comercial e o câmbio: o que está ocorrendo e o que se pode esperar**. In: VELLOSO, J. P. R. (cor.) Comportamento das Exportações e Importações 2003-2006: Suas relações com as políticas macroeconômicas e caminhos de saída. Fórum Nacional INAE. Instituto Nacional de Altos Estudos. Rio de Janeiro, abril 2007.
- MDIC. **Exportação Brasileira dos Setores Industriais por Intensidade Tecnológica**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1205353288.xls. Acesso em 29/03/2008.
- MORAES, Sonia. **Dólar reduz superávit das montadoras**. Jornal Gazeta Mercantil. São Paulo, 21/09/2007. P. C2
- NASSIF, André. **Há evidências de desindustrialização no Brasil?** Rio de Janeiro, Julho de 2006.
- PALMA, José Gabriel. **Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”**. Faculdade de Economia. Universidade de Cambridge. Cambridge, Agosto de 2005.
- PUGA, Fernando. **O aumento das importações entre 2003 e 2006**. In: VELLOSO, J. P. R. (cor.) Comportamento das Exportações e Importações 2003-2006: Suas relações com as políticas macroeconômicas e caminhos de saída. Fórum Nacional INAE. Instituto Nacional de Altos Estudos. Rio de Janeiro, abril 2007.
- ROWTHORN, Robert. **Korea at the cross-roads**. Working Paper, No. 11, ESRC. Centre for Business Research, Cambridge University. 1994.
- ROWTHORN, Robert e RAMASWAMY, Ramana. **Growth, trade and deindustrialization**. Washington D.C.: International Monetary Fund, 1999.

SHUMPETER, Joseph A. *Capitalism, Socialism and Democracy*. Editora Harper, Nova York, 1975. Original publicado em 1942. P. 82-85. Também disponível em <http://transcriptions.english.ucsb.edu/archive/courses/liu/english25/materials/schumpeter.html> Acesso em 29/03/2008.

WHEATLEY, Jonathan. *A real problem?*. *The Financial Times*. Londres. 03/09/2007. Disponível em http://www.ft.com/cms/s/0/a975dcf8-59b5-11dc-ae5-0000779fd2ac.html?nclick_check=1. Acesso em 31/03/2007.

_____. *FXConverter - Currency Converter for 164 Currencies*. Disponível em <http://www.oanda.com/convert/>. Acesso em 27/03/2008.

_____. *International Financial Statistics Browser*. Disponível em <http://www.imfstatistics.org/imf/about.asp>. Acesso em 26/03/2008.

ANEXOS

Anexo nº.1 - Exportação e Importação Brasileira dos Setores Industriais por Intensidade Tecnológica (*) - 2004 a 2007 - US\$ milhões FOB

Setores	Exportação							
	2004		2005		2006		2007	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Total	96.475	100,0	118.308	100,0	137.470	100,0	160.649	100,0
Produtos industriais (*)	77.137	80,0	94.016	79,5	107.320	66,8	121.908	75,9
Indústria de alta e média-alta tecnologia (I+II)	28.905	30,0	37.669	31,8	41.768	26,0	46.760	29,1
Indústria de alta tecnologia (I)	6.610	6,9	8.757	7,4	9.364	5,8	10.241	6,4
Aeronáutica e aeroespacial	3.478	3,6	3.699	3,1	3.741	2,3	5.204	3,2
Farmacêutica	590	0,6	725	0,6	905	0,6	1.134	0,7
Material de escritório e informática	334	0,3	478	0,4	496	0,3	273	0,2
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	1.789	1,9	3.332	2,8	3.579	2,2	2.863	1,8
Instrumentos médicos de ótica e precisão	421	0,4	523	0,4	643	0,4	767	0,5
Indústria de média-alta tecnologia (II)	22.295	23,1	28.912	24,4	32.403	20,2	36.519	22,7
Máquinas e equipamentos elétricos n. e.	1.418	1,5	1.953	1,7	2.618	1,6	3.200	2,0
Veículos automotores, reboques e semi-reboques	9.634	10,0	12.992	11,0	14.371	8,9	15.009	9,3
Produtos químicos, excl. farmacêuticos	4.817	5,0	5.984	5,1	6.800	4,2	8.181	5,1
Equipamentos para ferrovia e material de transporte n.	289	0,3	560	0,5	532	0,3	578	0,4
Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.	6.136	6,4	7.424	6,3	8.082	5,0	9.550	5,9
Indústria de média-baixa tecnologia (III)	18.847	19,5	22.741	19,2	27.252	17,0	31.599	19,7
Construção e reparação naval	1.265	1,3	194	0,2	30	0,0	724	0,5
Borracha e produtos plásticos	1.398	1,4	1.709	1,4	2.050	1,3	2.569	1,6
Produtos de petróleo refinado e outros combustíveis	3.203	3,3	4.914	4,2	6.109	3,8	7.136	4,4
Outros produtos minerais não-metálicos	1.502	1,6	1.775	1,5	2.114	1,3	2.288	1,4
Produtos metálicos	11.479	11,9	14.149	12,0	16.949	10,6	18.882	11,8
Indústria de baixa tecnologia (IV)	29.384	30,5	33.606	28,4	38.300	23,8	43.549	27,1
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	1.422	1,5	1.516	1,3	1.558	1,0	1.718	1,1
Madeira e seus produtos, papel e celulose	6.003	6,2	6.503	5,5	7.232	4,5	8.125	5,1
Alimentos, bebidas e tabaco	17.141	17,8	20.492	17,3	23.967	14,9	27.667	17,2
Têxteis, couro e calçados	4.819	5,0	5.095	4,3	5.542	3,4	6.039	3,8
Produtos não industriais	19.339	20,0	24.292	20,5	30.150	18,8	38.741	24,1

Setores	Importação							
	2004		2005		2006		2007	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Total	62.836	100,0	73.600	100,0	91.349	100,0	120.621	100,0
Produtos industriais (*)	51.626	82,2	60.781	82,6	75.069	82,2	99.950	82,9
Indústria de alta e média-alta tecnologia (I+II)	38.901	40,3	45.552	38,5	54.514	33,9	71.929	44,8
Indústria de alta tecnologia (I)	14.158	14,7	17.134	14,5	21.203	13,2	25.284	15,7
Aeronáutica e aeroespacial	1.722	1,8	1.954	1,7	2.415	1,5	3.420	2,1
Farmacêutica	2.683	2,8	3.005	2,5	3.623	2,3	4.898	3,0
Material de escritório e informática	1.566	1,6	2.027	1,7	2.719	1,7	2.656	1,7
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	5.757	6,0	7.216	6,1	8.874	5,5	9.492	5,9
Instrumentos médicos de ótica e precisão	2.430	2,5	2.932	2,5	3.573	2,2	4.819	3,0
Indústria de média-alta tecnologia (II)	24.743	25,6	28.418	24,0	33.311	20,7	46.645	29,0
Máquinas e equipamentos elétricos n. e.	2.657	2,8	2.897	2,4	3.526	2,2	4.466	2,8
Veículos automotores, reboques e semi-reboques	3.940	4,1	5.167	4,4	6.535	4,1	9.273	5,8
Produtos químicos, excl. farmacêuticos	11.641	12,1	12.149	10,3	13.596	8,5	19.033	11,8
Equipamentos para ferrovia e material de transporte n.	290	0,3	429	0,4	559	0,3	644	0,4
Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.	6.214	6,4	7.775	6,6	9.096	5,7	13.229	8,2
Indústria de média-baixa tecnologia (III)	8.665	9,0	10.484	8,9	14.339	8,9	19.649	12,2

Fonte: CESEX/MDIC / (*) Classificação extraída de: OECD, Directorate for Science, Technology and Industry, STAN Indicators, 2003 / Obs.: n. e. = não especificados nem compreendidos em outra categoria